



UMA CARTOGRAFIA CAMPONESA?

Sinthia Cristina Batista

Universidade Federal de Mato Grosso

sinthiacris@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre a experiência de um processo de mapeamento junto à comunidade do assentamento Roseli Nunes indicando a possibilidade histórica de produção de uma cartografia camponesa que atribua o adjetivo camponês não como identidade de luta ou como indicativo de uma nova “categoria de cartografia”. Mas que revele a relação entre a luta de classes e a produção do espaço agrário brasileiro forjada no atual momento do desenvolvimento econômico do Brasil do século XXI que insiste na inserção integral da produção camponesa (e de sua mão-de-obra) no circuito geral das mercadorias em detrimento da criação de outras condições materiais que viabilizem a permanência camponesa na terra para a produção de alimentos.

Palavras Chaves: Cartografia camponesa; Teoria crítica das representações; Mapa como instrumento de luta

ABSTRACT

This essay reflects on the experience of process mapping near the nesting community Roseli Nunes indicating the historical possibility of producing a mapping that assigns the peasant farmer adjective not as identity control or as indicative of a new "category mapping ". But that reveals the relationship between the class struggle and the production of forged Brazilian agrarian space at the current moment the economic development of Brazil's twenty-first century that calls for full inclusion of peasant (and your hand-intensive) production in the overall circuit goods at the expense of other conditions create materials that enable the peasant sojourn on earth for food production.

Key words: Peasant Cartography; Critical theory of representations; Map as a tool to struggle.

COMEÇO DE CONVERSA...

Tendo como ponto de partida uma cartografia que se desenvolva no sentido da emancipação humana, que não pode ser usada, nem explicada sem sua base material historicamente produzida, o debate aqui apresentado sugere a produção de uma cartografia camponesa que não seja taxativa, onde o adjetivo autonomiza a cartografia, mas que articule a luta camponesa às suas condições de existência¹.

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado defendida em Maio de 2014 no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação da Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray.

Expresso neste espaço meu profundo agradecimento à professora Dirce pela interlocução desenvolvida ao longo do processo da tese.



Esta tônica evidencia o mapa como uma representação que pode ao mesmo tempo revelar-se contraditório e revelar os processos históricos de produção do espaço a partir da luta por terra e trabalho, uma vez que assinala a contradição fundamental da luta camponesa hoje: a permanência na terra como direito do acesso à terra e à autonomia de seu tempo e espaço ao mesmo tempo em que cria a necessidade da produção coletiva forjada pela ideologia socialista promovida pelos movimentos sociais de luta pela terra.

Neste processo após o acesso à terra parece se encerrar a luta pela vida camponesa, pois são colocadas de cabeça para baixo as condições de sua existência por meio de sua unidade produtiva familiar a partir do incentivo de práticas coletivas da produção camponesa e de sua inserção na circulação geral das mercadorias a partir de uma nova valorização da agricultura camponesa. Restringe-se a terra como meio de produção fundamental para a reprodução da vida camponesa no modo de produção capitalista e situa-se o coletivo como a relação social fundamental para um novo projeto de produção e distribuição de riquezas e aparentemente desfaz a tensão da luta pelo território.

Realiza-se de forma sutil e contraditória a importância do espaço na luta de classes, pois situa-o no campo da identidade camponesa e não mais como condição material fundamental para a garantia do trabalho desenvolvido por e para a família. Neste ínterim uma cartografia camponesa permite reconhecer as estratégias de luta espacial bem como apropriar-se de uma linguagem que considera o processo de diferenciação espacial, produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo do campo brasileiro do século XXI.

A COMUNIDADE CAMPONESA

Para alguns assentados depois do término do acampamento e do processo de luta pela terra, o processo de assentamento e concentração do trabalho nos lotes acaba diluindo o poder da participação. Segundo eles, pós-acampamento as pessoas estão desgastadas do processo de luta e muitas vezes os conflitos internos ganham uma dimensão que anula as possibilidades de continuidade da luta coletiva. Entretanto, quando se realiza o assentamento os problemas do campo continuam, surgem também outros problemas.

Durante a experiência de mapeamento² junto aos camponeses assentados no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste em Mato Grosso a comunidade discutiu sobre o processo contraditório da produção do espaço agrário, da relação

² Esta proposta realizou-se em um processo de mapeamento comunitário, compreendido como instrumento para o engajamento de comunidades (em seu sentido de classe) no sentido de promover possibilidades junto à autogestão territorial. Sua elaboração originou-se a partir da análise crítica dos processos de mapeamentos ditos participativos que vislumbram a elaboração/legitimação de políticas públicas inseridos num contexto político que fomenta a participação popular e as inserem nas “tomadas de decisões” subsumindo a possibilidade do conflito e da luta, sempre em busca de um consenso para todos os “setores” da sociedade.

O processo de mapeamento comunitário realiza uma representação distinta das representações cartográficas convencionais. Expõe conceitos e entendimentos da comunidade que realiza o mapa, a equipe de mapeamento que trabalha coletivamente por uma autonomia gestonária não tendo a capacidade de impor o mapa a ser realizado. É a comunidade quem escolhe o que expõe, embora possamos apresentar os contextos, suas problematizações e até sugerir proposta de mapas. São aceitas se correspondem às expectativas da comunidade. Contudo, as leituras dos pesquisadores não se isentam das articulações elaboradas pelas representações.



conflituosa entre – à grosso modo - os ‘territórios camponeses’ (assentamentos) e o território capitalista (latifúndios), materializando um entendimento do assentamento como unidade territorial, frente de luta e resistência à homogeneização do entorno. Neste processo evidenciou-se a tensão entre a lógica da produção familiar camponesa, sua unidade de trabalho e reprodução da vida e a lógica de uma produção cooperativa estimulada pelo MST, fundando uma contradição no seio desta ‘unidade territorial camponesa’: ao mesmo tempo em que a produção camponesa situa-se como resistência e permanência parece impedir a formação de uma unidade territorial autônoma à produção capitalista.

Para os camponeses ainda ativos na militância do Movimento do Trabalhadores Sem Terra a ideia do mapeamento oportunizou reviver o processo coletivo, reconhecido por muitos camponeses por todo o assentamento, pois, “sozinho você não faz nada”, assim como configurou-se numa proposta de retorno ao trabalho coletivo. Não só mapear conflitos, mas também pensar nas possibilidades.

Esta questão trouxe como reflexão a possibilidade de realização do processo de mapeamento como atividade mobilizadora, inscrita politicamente numa retomada da luta coletiva. Inicialmente, este trabalho seguiu a orientação dos militantes do MST, em busca de uma identidade forjada pelo próprio MST, de “camponeses-operários”. Contudo, o processo de mapeamento e as representações produzidas apontaram as contradições entre a condição e luta camponesa e a “classe camponesa-operária”, exigindo uma explicativa sobre os conflitos internos do assentamento.

Em março de 2011 realizamos uma reunião com a coordenação e a direção da Escola Madre Cristina dentro do assentamento. Fomos surpreendidos ao constatar que o processo de mapeamento já estava inserido na programação anual da escola. O mapeamento compôs junto ao projeto político pedagógico anual da escola: a realização de um “Memorial do Assentamento Roseli Nunes” a ser construído no decorrer de 2011, em parceria com a comunidade do assentamento e das atividades da sala do professor da Escola Madre Cristina.

O diálogo com os professores presentes reforçaram a escola como local promotor da visão de mundo e perspectivas de transformação da comunidade à qual o estudante está inserido. Perspectiva respaldada pela prática da Educação do Campo, elaborada junto aos movimentos sociais do campo, em especial MST e Via Campesina. Portanto, o trabalho foi orientado pela própria escola que teve o papel de convidar, além dos estudantes do ensino fundamental e médio, seus familiares, ou seja, toda a comunidade do Roseli Nunes. Assim, a partir da escola buscar mobilizar a comunidade, a partir dos estudantes trazerem a família, esta estratégia vem sendo utilizada com diversos projetos na Escola Madre Cristina, agregando as famílias nos debates propostos.

A sugestão de realização do memorial do assentamento por parte da escola modificou nossa perspectiva de entendimento do mapeamento comunitário, ao invés de mapear problemas sócio-ambientais, para a elaboração de estratégias de auto-gestão territorial, o “mapeamento da História” foi a necessidade apresentada pelos assentados.

O estranhamento, ao pensar em como realizaríamos os mapas para este memorial, aflorou a sedução do discurso competente. Ou seja, num primeiro momento a ideia era mapear os conflitos existentes e a partir deles entender a condição do assentamento e propor estratégias de luta. Não havíamos ainda compreendido que já havia sido lançada uma estratégia de luta por parte da comunidade – a retomada do coletivo, a necessidade da estruturação de um projeto de produção cooperada, fundamentalmente a partir da agroecologia.



Desde então, começamos a entender concretamente que as contradições surgem a partir das condições objetivas que se materializam no processo histórico. Deslocou-se o significado “ideal” de mapear conflitos e possibilidades, para um sentido “material”, ou seja, retomar o processo de luta pela terra é retomar o sentido da classe trabalhadora (camponês-operário), pois, contraditoriamente, as possibilidades de permanência na terra exigem recompor a realidade em movimento e a condição camponesa (a classe camponesa).

Isto significa analisar e compreender seu contexto espaço-temporal – o avanço do agronegócio e a inserção da produção camponesa em sua cadeia produtiva, a contradição entre a unidade familiar e as cooperativas para produção camponesa “autônoma” (com sua inserção no mercado, a partir de um controle “total” da produção e circulação dos produtos agroecológicos).

Como poderíamos a partir da cartografia retomar o processo histórico do assentamento, seu processo de territorialização camponesa? A “resposta” estava na própria pergunta, produzindo coletivamente as representações camponesas deste processo afinadas ao objetivo posto pela comunidade: o fortalecimento da mobilização do assentamento.

A COMUNIDADE COMO CLASSE SOCIAL

Não é a consciência que determina seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (Marx e Engels, 2002, p.39).

A análise de CONCEIÇÃO (2005) assinala um elemento fundamental para discutir a ampliação do uso da cartografia nos processos participativos no Brasil e no mundo: para compreender a relação entre a produção da miséria (e sua espacialização) como condição substantiva de carência total dos meios de subsistência é preciso retomar o entendimento da relação capital versus trabalho calcada na exacerbação do lucro e da concentração da riqueza mundial, a ampliação total da perda dos direitos dos trabalhadores.

Movimento da realidade “apagado” pelo discurso da insuperabilidade e da permanência do capitalismo, da morte da utopia socialista e da contínua profetização da aceleração do crescimento econômico e conseqüentemente o fim das desigualdades. Culminando, contraditoriamente, na transferência da responsabilização da superação da pobreza pelos pobres, que devem lutar por seus direitos a partir de um processo de indiferenciação do sujeito, universal, porque cidadão.

Isto explica a discordância de propostas de cartografia social aliadas à ação do Estado, pois não se trata de instrumentalizar o povo para o uso da cartografia como uma estratégia de luta pelo poder, e/ou pela participação das decisões a partir de políticas públicas para “amenizar” suas condições de pobreza. Ainda que haja alguma possibilidade de ‘luta por dentro do Estado’ é preciso retomar a luta de classes, questionar a centralidade determinante que a cultura vem assumindo na compreensão histórica em detrimento do próprio processo histórico e de suas determinações, desfazer a polarização entre estruturalismo e o empirismo (apagando as relações entre infra e superestrutura) que valoriza a perspectiva discursiva a partir de uma dialética invertida, como sugere Emília Viotti da COSTA (1994).

A “leitura geográfica da miséria exige o simples entendimento de que a apropriação do espaço é perversamente desigual”, se há concentração de riquezas,



distribuição desigual, serão também desiguais as condições de cada classe social. O espaço será também desigual.

Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações. Nesta trajetória, a dimensão do espaço perpassa o vivido na sua determinação histórica, o concebido e a realidade percebida, definida pela sua inserção como classe social, e seu compromisso como grupo social. Desta forma, o território é a categoria fundamental, pois permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais. A leitura da miséria a partir da categoria totalidade não pode ser compreendida como uma demanda circunscrita em uma localidade, uma vez que ela é criada pela própria lógica da produção da riqueza, portanto, só é possível o fim da miséria com o fim da riqueza. Não é uma simples questão de aparência, de relação causa e efeito, mas uma questão processual, que está subsumida na perversidade do lucro (CONCEIÇÃO, 2005, p. 169).

Esta desigualdade não poderá homogeneizar-se no sujeito destituído da classe, do sujeito-cidadão, imbuído de um sentido político contraditório que atribui uma igualdade de condições somente para sua inserção como sujeito-trabalhador, vendedor de mão-de-obra.

O debate sobre classes sociais e consciência de classe é ainda aberto entre os marxistas (mesmo Marx não conclui no “Capital” sua análise sobre a questão). Portanto, a relação aqui estabelecida entre a cartografia, o mapa e a consciência de classe carece de aprofundamento, trata-se de iniciar um caminho para a explicativa das representações forjadas no processo de elaboração e uso dos mapas.

Em princípio ressaltamos a relação intrínseca entre a consciência e as condições de existência do homem, da sociedade. A compreensão de que o capitalismo é um modo de produção que estabelece relações sociais de produção historicamente determinadas pelas condições sociais, políticas e econômicas assume parte da explicativa das representações do espaço produzidas nos processos de mapeamento. Que por sua vez, exigem uma explicativa dos sentidos e das intencionalidades destas representações, engendradas numa determinada consciência de classe que expressa as contradições e conflitos com outra classe social, portanto, fruto da luta de classes.

Compreende-se a classe social no seio da leitura marxiana posicionando o sujeito na divisão social do trabalho e no processo de produção e distribuição de riquezas. No modo de produção capitalista, um modo peculiar de produção de mercadorias que visa à produção de mais valia, a classe social situa-se de acordo com suas condições de exploração ou produção da mais valia a partir do trabalho. Condição que situa materialmente a classe na divisão social do trabalho, com ou sem os meios de produção, com ou sem o controle da produção do excedente. Portanto, a luta de classes travada no seio da sociedade capitalista tensiona a apropriação e o domínio das



condições de reprodução da vida humana a partir da autonomia do trabalho e da produção das condições objetivas da existência humana em igualdade de acesso e justiça social.

Conflito gerado no seio das relações sociais de produção, que na tensão entre apropriação e dominação do trabalho do homem (do conhecimento social, do excedente produzido) produzem cotidianamente um espaço social historicamente determinado, em movimento, triadicamente concebido, percebido e vivido.

A consciência de classe, a tomada de consciência do sujeito na classe, não é um produto intelectual acabado, poderá constituir-se em luta, não por novas consciências, mas por outras condições de vida. É a luta quem motiva o desejo da superação de sua condição. E é a expropriação de sua humanidade que coloca o sujeito em luta, quando a emancipação não é só uma vontade isolada, mas a necessidade de humanizar-se. Portanto, compreende-se, ainda que preliminarmente, que a consciência de classe é consciência da luta de classes. Da necessidade da autonomia do trabalho, do controle do tempo e do espaço pelo homem emancipado.

Em uma fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, assim, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho tiver se tornado, não apenas um meio de vida, mas o requisito precípua da vida; quando, com o desenvolvimento diversificado dos indivíduos, suas forças produtivas tiverem se incrementado também e todas as fontes de riqueza jorrarem com abundância – só então o horizonte estreito do direito burguês poderá ser totalmente suplantado, e a sociedade poderá inscrever em sua bandeira: “A cada um, de acordo com suas habilidades; a cada um, de acordo com suas necessidades” (MARX e ENGELS, 2002, p. 107-108).

Tomar a consciência de classe no sentido de compreender e destituir a divisão social do trabalho alienada, como sugere Marx, reforça a necessidade de mais uma vez subverter o uso e a produção de mapas. Partindo deste pressuposto, o movimento do trabalho da tese originou-se na necessidade de afirmar a cartografia, no modo de produção capitalista, como linguagem burguesa que veicula a dominação espacial. Negá-la como linguagem unívoca, situando-a como um exercício de poder que poderá ser apropriada por qualquer classe social. Negá-la novamente como exercício de poder, mas superá-la situando-a como linguagem que produz e revela representações do espaço circunscritas a um espaço de representação burguesa, situando-a como um possível espaço de representação da luta de classes.

Pois ao trabalhar com os estudantes de Geografia na disciplina de Cartografia Geral afirmou-se a necessidade de aprendizagem das técnicas de produção e leituras de mapas, cartas e plantas elaboradas no modo de produção capitalista como veículo necessário ao controle espacial para a produção e circulação de mercadorias. Para o geógrafo em formação é necessária a aprendizagem da linguagem bem como a compreensão de seus usos tanto para a exploração de novos territórios, para o domínio e/ou para a busca de matéria-prima, quanto para o controle espacial hoje fortemente marcado pelo uso das novas tecnologias destinadas à logística da produção e do



consumo (incluem-se neste uso as diversas pesquisas sobre as condições ambientais, a degradação da natureza e os mecanismos de sua recomposição).

Contudo, a aprendizagem destas técnicas e de seus usos exige a compreensão das intencionalidades que orientam a produção dos mapas e, portanto, como as representações que os mapas produzem são contraditórias e revelam não só o domínio, mas também as possibilidades da ruptura. Ainda que haja uma reprodução das relações sociais de produção socialmente determinadas, os mapas carregam também o desejo da autonomia, da liberdade, do controle do homem de suas vontades e do atendimento das necessidades.

Para tanto é preciso subverter não só a concepção de espaço que o mapa veicula, mas seu processo de produção. Extrapolar a organização espacial como a forma que revela o conteúdo e alcançar o processo histórico que viabiliza objetivamente e subjetivamente as relações sociais de produção. Esta subversão passa por um doloroso processo de tomada de consciência de sua condição de exploração, de sua situação de classe.

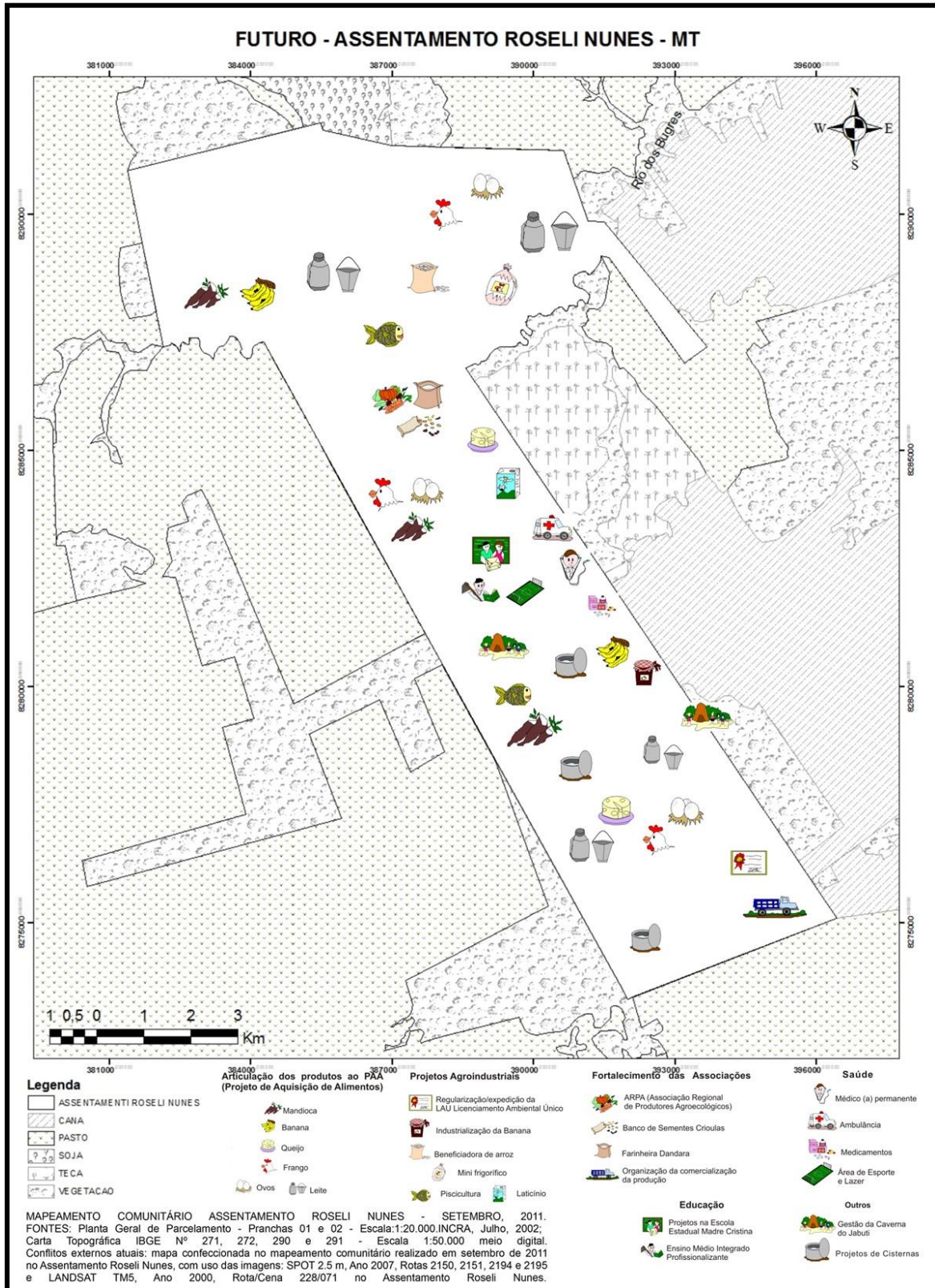
Em síntese, no momento do mapeamento com a comunidade, chegamos a negar a negação de apreender uma cartografia de exercício de poder para buscar uma cartografia de classe. Enquanto saber socialmente produzido, que deva ser socializada, popularizada, tornada um instrumento de luta, luta de classes. Enquanto linguagem que veicule as representações da classe, neste caso, da classe camponesa, que desenvolva um momento de sua consciência de classe, qual seja, sua vida, suas condições objetivas, que determinam sua consciência e também poderão transformá-la. É por isto que o conteúdo dos mapas é compreendido a partir da teoria crítica das representações, na sua relação com a produção do espaço concebe, percebe e vive os espaços de representações em conflito com as representações do espaço.

AS REPRESENTAÇÕES CAMPONESAS

Foram desenvolvidos diversos mapas no processo de mapeamento junto aos camponeses do Roseli Nunes, desde mapas para a compreensão de problemas ambientais como de organização política. Contudo, neste curto espaço de apresentação das representações camponesas uma merece destaque: o mapa do futuro.

A visão de futuro do Estado está presente-ausente nos mapas do futuro dos camponeses assentados. A busca do fortalecimento das estruturas produtivas internas a partir de processos de beneficiamento dos produtos, das associações e o estabelecimento de um banco de sementes crioulas, a organização e comercialização da produção não estão explicitamente pensados de forma autônoma, como se discutiu ao longo do trabalho de tese.

O debate sobre o futuro do assentamento se deu na necessidade da luta por uma política de reconhecimento e valorização da produção camponesa. Esta projeção de futuro delimita-se ao atendimento de demandas como: criação de um Centro de Formação Profissionalizante integrado ao ensino médio, visando a inserir o jovem camponês no mundo do trabalho que agregue sua prática ao próprio assentamento; fortalecer a ARPA e o PAA; realização de um laticínio mantido por associações e/ou cooperativas para o controle do processo produtivo (produção, circulação e comercialização do leite e derivados); trazer à comunidade o básico e fundamental no tocante à infraestrutura de saúde, lazer e melhorias à escola Madre Cristina fundada na educação do campo. As questões levantadas durante o processo de mapeamento aparecem como “outros”: a gestão da caverna do Jabuti e o projeto de cisternas. Portanto, não estão internalizados na visão de futuro do assentamento.



Mapa 41 – O futuro, mapeamento comunitário, setembro de 2011. Fonte: BATISTA, p.467, 2014.



Intriga a força desta representação do futuro por meio de um tênue limite entre o discurso de poder instituído e o discurso de poder a ser institucionalizado. Compreendendo que este discurso estabelece uma prática social e, portanto o mapa não se fixa na dimensão discursiva, mas poderá viabilizar tanto a consolidação quanto a resistência da ordem do discurso institucionalizado. Assim surge o questionamento: o mapa poderia então carregar também possibilidades de outras práticas sociais?

O mapa revelaria as contradições que desenvolvem (e também são desenvolvidas) as estruturas de poder e de dominação da sociedade, e busca revelar para além do que existe, mas a forma pela qual as coisas existem? As condições materiais que produzem a existência ao mesmo tempo buscam escamotear as relações sociais que produzem esta existência?

É neste jogo do presente-ausente que encontra-se o poder desta representação, compreender a lógica da produção do espaço representado no mapa significa buscar os processos que engendram estas condições objetivas.

No caso dos mapas elaborados pelos assentados é possível compreender suas representações a partir dos sentidos dados, contraditoriamente à apropriação do espaço do assentamento:

1. A força ideológica da agroecologia como a saída à lógica do sistema capitalista pela entrada ao sistema de produção de mercadorias, inclusive com mais valor agregado (ainda que a intenção dos camponeses seja de levar comida sem veneno ao prato de todo brasileiro com baixo custo).

A contradição entre o banco de sementes crioulas, em que a luta é pela autonomia produtiva, pela vida, ou seja, a luta para que não seja tornada a semente uma mercadoria que controla a produção e torna dependentes os camponeses da semente e de todo o sistema (tecnológico) produtivo que ela necessita. E a agroecologia como a alternativa para a resistência camponesa mesmo sujeitando-se ao mesmo sistema produtivo que se nega ao lutar pelas sementes crioulas. A produção de hortas agroecológicas que visam em primeiro lugar ao mercado e não ao sustento do próprio camponês, já estão inseridas na lógica da produção capitalista. Uma vez que é o excedente que deve ser comercializado, e não a produção destinada quase exclusivamente à comercialização.

Assim, a questão que se coloca é como produzir alimentos e não mercadoria? O que os mapas revelam? Uma presença-ausência do Estado. E do mercado.

2. A busca pela autonomia e pela autogestão poderá estar na cabeça do intelectual e não na realidade, no discurso do movimento institucionalizado, mas também poderá construir-se no devir histórico. Ao mesmo tempo em que os mapas revelam as representações forjadas no desejo da autonomia econômica e da posse da propriedade, revelam o desejo pela autonomia do trabalho livre. Neste sentido, a apropriação de técnicas, tecnologias como, por exemplo, o mapa, devem ser viabilizadas a partir do conhecimento humano como socialmente produzido, portanto realizar-se como partilha necessária para a emancipação humana.

Não podemos nos iludir e dizer que estes mapas revelam em sua forma pura a síntese de novas formas de compreensão da condição espacial dos camponeses em sua possibilidade já efetivada de transformação social. O que estes mapas revelam são as contradições daquilo que os constituem como classe social, da sua força e opressão, das suas escolhas determinadas historicamente.

Se o mapa ao mesmo tempo carrega uma determinação discursiva, comunicativa e cognitiva ele revela que as práticas sociais camponesas, hoje, no Brasil, mais



especificamente em Mato Grosso, no assentamento Roseli Nunes, manifestam um “Modo Capitalista de pensar” como esclarece José de Souza Martins (apresentado por Oliveira, 2007) ao discutir o contexto da alienação do trabalho camponês. Uma vez que a ideologia capitalista procura identificar que o produto criado não é produto do trabalho, mas do capital, é o trabalhador quem depende do capital e não o contrário. De igual modo quem cria a riqueza é o capital e não o trabalho:

Essa inversão faz com que o trabalhador não se veja na riqueza que cria, e que cresce sob a forma de capital, ou seja, o seu trabalho aparece como se fosse estranho a ele. É aí que nasce o processo de alienação.

Martins demonstra de forma contundente esse processo, afirmando que ele (o trabalhador) “não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de se alienar, de entregar o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. É isso que se quer dizer quando se fala em alienação do trabalhador na sociedade capitalista. Ele não aparece como criador da riqueza, do capital, mas como criatura desse mesmo capital. As suas relações sociais e o mundo em que vive lhe aparecem exatamente ao contrário do que são, completamente invertidos, completamente de cabeça para baixo, completamente mascarados. O homem não aparece aí como pessoa, senão no limitado sentido de que é ele mesmo produto humano da troca. Não é a sua pessoa que importa no capitalismo, mas a mercadoria, que a sua pessoa pode vender ou comprar, a força de trabalho, as mercadorias em geral. Entre uma pessoa e outra interpõe-se a coisa, o objeto, a mercadoria. Não são as pessoas que se relacionam entre si; são as coisas que o fazem, na troca. Por isso é que as relações entre as pessoas aparecem no capitalismo como se fossem relações entre coisas e as relações entre as coisas, as mercadorias é que surgem como se fossem relações sociais entre as pessoas” (MARTINS, 1981, p. 156-7, apud OLIVEIRA, 2007, p.37/38).

3. A força ideológica da educação do campo como possibilidade de garantia do modo de vida camponês ao mesmo tempo em que o investimento na educação supere a necessidade produtiva. Muitos professores camponeses tornam-se funcionários do Estado e abandonam sua produção, pois acabam sendo consumidos pela lógica educacional em sua forma – preenchimentos eletrônicos de diários; intermináveis reuniões burocrático-administrativo da vida escolar. Ao mesmo tempo em que permitem uma formação camponesa que valorize o trabalho autônomo e a permanência do campesinato brasileiro na terra.

4. A opção pela pecuária leiteira e o desejo das pequenas agroindústrias: apesar de todo o processo de construção do memorial do assentamento revelar a insatisfação da subordinação do camponês à quase exclusiva produção leiteira, esta é a única possibilidade visível de ampliação de sua produção. Há certo reconhecimento de que apesar da submissão à cadeia produtiva do leite é ainda possível deter esta cadeia produtiva para si, a partir de associações e no limite, mais interessante do que a prática do



arrendamento de suas terras. Busca-se ainda a autonomia do trabalho e não a exploração da terra por ela mesma.

5. A manutenção dos PAA e demanda por uma política pública para a produção de alimentos. Ao mesmo tempo em que o Programa de Aquisição de Alimentos pressiona o camponês a produzir em primeiro lugar para o mercado e depois para a família (inverte a lógica da produção camponesa) é ainda a única possibilidade que o Estado viabiliza para sua produção agrícola. É a possibilidade de produção de alimentos no país. Constitui-se a expectativa de que a consolidação do PAA poderá representar alguma condição de ampliação do programa para a produção para além do abastecimento de escolas e famílias carentes, mas para um abastecimento nacional mais amplo.

6. A luta constante pela manutenção do assentamento como unidade territorial camponesa: ao mesmo tempo em que o assentamento consolida-se como um aporte de mão-de-obra para as fazendas vizinhas e a manutenção do agronegócio, os camponeses realizam o “trabalho acessório” tanto nas fazendas vizinhas quanto na cidade para sua permanência na terra. Ainda assim, os camponeses reconhecem que é preciso manter uma unidade em luta contra a subjugação de seu trabalho, para além da organização produtiva, do desenvolvimento de suas relações sociais. Como nos ensina a antropóloga Bernadete Oliveira: “O restabelecimento da unidade grupal, muitas vezes buscada num plano simbólico, permite ordenar as práticas dos indivíduos perante o enfrentamento com a sociedade, revelando uma nova coesão dada a partir de uma situação de conflito” (OLIVEIRA, 1998, p.74).

7. A luta pela permanência na terra para viver e produzir: as contradições das políticas e programas de assistência social levam à desestruturação da luta pela terra e da permanência do camponês no campo, não deixam escolhas: insere-se no campo ou insere-se na cidade. Contudo, a venda e transferência de lotes mostram que o retorno à cidade, às periferias urbanas e à condição de super-exploração levam à condição mais precária que no campo. Há que lutar pela continuidade na terra, pela manutenção das relações sociais camponesas, mas também pelo subsídio econômico e político para a produção.

8. O conflito com o contexto ambiental: a presença do calcário no solo, ao mesmo tempo em que o terreno cárstico retira a possibilidade da produção devido à instabilidade do terreno e à dificuldade de acesso à água, forma bons solos e traz possibilidade de experiências de plantio com frutas e outros produtos. A presença de um “monumento natural” – a caverna do Jaboti - torna-se um problema de manutenção à unidade territorial camponesa, a venda do lote que dá acesso à abertura principal da caverna foi realizada pelo INCRA como concessão à Prefeitura Municipal de Curvelândia sem a ciência dos demais assentados. Não há a participação dos assentados na gestão da caverna, que é explorada segundo seu potencial turístico e que junto ao desenvolvimento turístico trará um fluxo de pessoas maior ao assentamento e inúmeros problemas associados ao complexo turístico.

Em síntese, estas determinadas condições subjetivas-objetivas (e de classe) estão irrigadas de valores, interesses, perspectivas que ao mesmo tempo os fortalecem e os enfraquecem. Produzem representações que se concretizam, tornam-se atuantes, conferindo à vida que as anima sentidos, finalidades e usos. Que por sua vez nascem no seio da realidade e aí se desenvolvem, portanto são um momento e uma mediação no processo do conhecimento, são necessárias mas insuficientes.

Recusar-se e opor-se à submissão das ações do Estado, ou de intelectuais fortemente amparados com suas teorias, é também um ato que estabelecerá uma relação



de autonomia da vida camponesa, consigo mesmo e com os outros, que das mais diferentes formas os acompanham. Pois ao delegar ao outro aquilo que cabe à comunidade, aquilo que a vida em luta produz, se aceitarem que um estrangeiro os dirija, os oriente sobre seu pensar e agir serão mantidos num estado de dependência.

Para tanto, o trabalho do memorial auxiliou na compreensão de que é possível enriquecer seu processo contínuo de recriação ao agregar o uso do mapa e a apropriação da cartografia, os apresentando na sua luta com o objetivo de construir não só um entendimento sobre sua realidade, mas um instrumento efetivo para sua transformação.

O trabalho coletivo esboçou uma representação do futuro dos camponeses do assentamento Roseli Nunes. O mapa do futuro revela a presença-ausência do Estado, do desejo de consolidação de políticas que ao mesmo tempo em que submetem o camponês à lógica de produção capitalista, fornecem condições de reprodução das relações sociais de produção e da própria existência. Ainda assim se quer acreditar no possível-impossível, que a classe camponesa fecunde sua semente de resistência e autonomia.

A APROPRIAÇÃO DO PROCESSO DE MAPEAMENTO COMUNITÁRIO

A partilha entre camponeses e pesquisadores de um conhecimento socialmente produzido, a cartografia (saber, linguagem, arte e técnica de representação espacial), orientou o processo de elaboração do memorial do assentamento no sentido de apropriação do mapa em suas múltiplas determinações: a cognição; a determinação crítica; a determinação do poder político; a elaboração de diagnósticos; estratégias e possibilidades para a luta espacial. Em síntese, tornou possível compreender, explicar e representar o processo de produção do assentamento a partir das condições materiais objetivas e subjetivas existentes e possíveis no devir histórico.

Aqui há um duplo movimento: a apropriação popular da linguagem cartográfica e o entendimento de que esta linguagem produz representações. Que por sua vez devem ser dialeticamente analisadas a partir de um real que se movimenta entre a manifestação desta compreensão e a necessidade de sua transformação, realizando-se como uma prática emancipadora (mesmo tendo em vista que nem todas as práticas emancipadoras instituídas no modo de produção capitalista são necessariamente libertárias).

Este movimento revela a tensão entre a apropriação e a dominação do espaço, ou seja, a relação entre o assentamento compreendido como um espaço em disputa com o capital, portanto um quinhão territorial não capitalista, e o assentamento compreendido como lugar da vida cotidiana camponesa, portanto um espaço a ser apropriado e consolidado por ela. Manifesta assim os conflitos, as impossibilidades-possibilidades da ação comunitária fruto da pressão exercida pelo agronegócio sustentado como opção produtiva do Estado.

O memorial do Assentamento Roseli Nunes exprime a resistência à subordinação total ao capital, a partir da luta pela terra e realização do assentamento, um espaço concebido pelo Estado (forjado historicamente pela luta pela terra no modo de produção capitalista) ao mesmo tempo em que se produz como vivido e percebido.

Dialogando com homens e mulheres políticos e não objetos, os camponeses assentados não podem ser compreendidos deslocados de sua condição de mobilidade junto à relação capital-trabalho e dos processos de compra e venda das terras pelo INCRA, feitas a partir da renda terra e não das demandas produtivas dos camponeses a serem assentados.

Apesar da compreensão de sua condição, de sua luta e do processo de compra da fazenda na qual surge o assentamento, a fazenda um terreno ‘desconhecido’, e a apropriação do



espaço pelos camponeses ocorre paulatinamente no cotidiano em dez anos de consolidação do assentamento também na luta.

A partir deste processo, a proposta ousa construir um instrumento de luta e autogestão territorial, elevando o espaço percebido para outra compreensão. Portanto as representações caminharam no sentido de outra concepção e percepção do espaço, que viabilize uma produção do espaço autogestionária, a da vida comunitária dos camponeses assentados (compreendida contraditoriamente em sua relação espaço-temporal), como perspectiva revolucionária, outro vivido possível, que não é puro, ingênuo.

Na reunião de avaliação e encaminhamentos final dos trabalhos junto aos camponeses o mapa surgiu como força para a luta, reforçando a proposta da tese: a possibilidade da elaboração de mapas (e a apropriação da cartografia) que revelem o conhecimento espacial da comunidade, suas representações e momentos de entendimento espacial, objetivando fortalecer os embates com o Estado potencializando o discurso, a prática política e social dos camponeses sobre seu território. Nas palavras dos próprios assentados:

“Aqui está o mapa, vai atingir tais famílias, aqui está a caverna. Aqui poderá acontecer isto e isto, nós conhecemos nosso território... Apresentar um mapa que nós construímos fortalece a luta. E se for para inserir o projeto turístico nós queremos participar da gestão”. (José Roberto. Mapeamento comunitário. Setembro de 2011).

Para os camponeses é preciso valorizar a geografia (instituí-la de sentido) como um conhecimento a ser fortalecido não só na escola, mas na vida cotidiana. O descaso e o “não-ensino” da geografia é perceptível a partir da crítica ao livro didático, realizada pelos diversos professores da Escola Madre Cristina, assinalando que a formatação do conteúdo do livro não instrumentaliza a escola a pensar seu território:

“Fazendo referência dos livros como atualidade... Nos livros não tem mais nem os tipos de solo, então por quê? A Geografia e a História ela tem que ser uma coisa que não serve de nada para nós. Porque se a gente tiver conhecimento a gente vai à luta e busca o que de fato é nosso. Acho que temos que sair daqui e refletir com os outros companheiros do assentamento porque de repente hoje a gente vai tá aqui e de repente amanhã acorda sem nada... muita coisa pode acontecer aqui... e a escola deve estar atenta”. (Marinalva. Mapeamento comunitário. Junho de 2011).

Acredita-se que instituído de sentido o mapeamento comunitário pode construir junto à comunidade (ainda que necessite da subversão de sua forma) a apropriação de todas as etapas do processo formal cartográfico: a concepção; a finalidade; a aquisição de dados e informações; a produção – a sistematização e a comunicação e o uso do mapa. Como ensina MARTINS (2013, p.103) a partir do pensamento de Henri Lefebvre:

Estabelecendo um mundo próprio ao lado do outro, o privilégio ontológico concedido à linguagem (portanto, à consciência) desconsidera que um Eu só se constitui objetivamente, portanto, naquilo que faz e cria em determinadas condições históricas. Ao abstrair tais condições, dissociando pensamento e ação de suas relações, esse viés linguístico faz da linguagem uma abstração e, assim, termina por transformar os predicados dos sujeitos reais em sujeitos independentes e abstratos. Ao passo que “O problema é o de apreender a relação da linguagem com a ‘vida real’, ou seja, com a práxis.” (LEFEBVRE, 1966, p.94).



Desse modo, se não há consciência sem linguagem, antes ou fora dela, tampouco há experiência num círculo fechado da consciência separada da realidade concreta do mundo.

Neste movimento de mapear, os camponeses reviveram e reforçaram sua identidade, sua condição de classe, representando a partir dos mapas, principalmente os do acampamento e das origens das famílias, um sentimento de pertencimento-expulsão de seu novo lugar, promovendo reiteradamente a necessidade de defesa de sua porção do território. Movimento que realiza um pensar/representar/materializar o assentamento como unidade territorial, e utilizar o mapeamento como mais uma possibilidade de uma mobilização e de luta.

Assim, o processo de mapeamento poderá também ser uma estratégia de mobilização e fortalecimento de lutas, desde que tenha como ponto de partida a escala local, a vida cotidiana, sua história em movimento incessante, que realize a força mobilizadora das representações.

Não só mapear os conflitos “tenho problema aqui, problema ali”, mas quais são as possibilidades para repensar o assentamento. Assim, superamos a perspectiva de um mapa diagnóstico para um mapa estratégico (que carrega o diagnóstico, a estratégia e a ação).

Os conflitos sócio-ambientais reconduziram o debate sobre a gestão do território na escala local, exigindo a compreensão multiescalar e a autogestão territorial. A autogestão pressupõe o conhecimento do/sobre o território, seus constituintes, suas funções, relações, mas também, a partir das representações, seus deslocamentos e substituições, suas equivalências e abstrações.

Não se trata simplesmente de ao se apropriarem do “discurso” científico, o mapa, apropriarem-se do discurso de poder para que os assentados possam dizer que tudo sabem sobre este território, e este ‘é o olhar’. O mapa como instrumento de luta poderá questionar o poder institucionalizado e evidenciar a classe privilegiada pelo Estado.

Isto não significa que os conflitos e as disputas pelo poder no próprio assentamento não estejam representadas em seus mapas, ou simplesmente não existam. Ao contrário, nestes mapas, também é possível compreender como se originam estes poderes, o processo de institucionalização de suas lutas e o engessamento de suas práticas circunscritas, contraditoriamente, pela captura dos direitos, das necessidades e das carências pelo Estado.

Pensar o mapa como instrumento de luta é criar uma possibilidade de fortalecimento para o processo de permanência na terra e autogestão territorial. O que não sugere a solução e mera visibilidade dos problemas vivenciados no assentamento. É preciso que os assentados se mobilizem em luta, que compreendam como se originam e em que implicam suas representações.

No limite ficou um pouco do medo e da compreensão de que o assentamento não deveria ter sido instalado ali, pois ao olharmos a imagem de satélite do ano de 2000 a área da fazenda que hoje é o assentamento é uma “ilha”, não está explorada, e sim toda vegetada. Ou seja, parece que o poder público e o fazendeiro que vendeu a área já sabiam das limitações e vantagens do terreno.

Mas, como disse o Senhor Crispin “Tira nós daqui pra ir pra outro canto, nem sonhar! Eu quase morri esses dias... Resolvemos o problema da terra agora tem que resolver o problema da água... Nós temos que ficar unidos pra falar com o Governo, porque o governo só resolve o problema dos grandes”. (Outubro de 2010).



Assim, concluímos que enquanto pesquisadores realizamos o processo de apoio e reflexão necessários à ação política da comunidade. Contudo, a ação depende da necessidade (e vontade) dos sujeitos atingidos e não podemos passar por cima deste interesse. Nos momentos de trabalho com a comunidade discutiu-se amplamente a necessidade de procurar o INCRA para questionar a decisão de uso do lote para a instalação da Caverna do Jaboti sem diálogo com a comunidade, mas este debate ainda não foi realizado.

Conforme nos alerta Marilena Chauí, é preciso ter coragem política e colocar a economia sob o domínio da política. Pois do ponto de vista político todos são competentes, a política não é uma questão técnica, administrativa, é ação coletiva, decisão coletiva de direitos à toda a sociedade. A criação de direitos sociais só se realiza a partir das lutas sociais. Os conflitos são necessários ao processo democrático que deverá carregar a luta por direitos e não por privilégios. Direitos fruto de necessidades e/ou carências sociais e não regalias.

A luta dos movimentos populares pelas soluções imediatas constrói a possibilidade histórica para conduzir à luta pelas questões mediatas. Ou seja, é preciso resolver os problemas imediatos, levar à ampliação, à ação da política, cada solução de um problema imediato leva a resolver o problema seguinte, ampliando a compreensão do campo político. (Chico de Oliveira citado por Chauí).

Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=aKHvNM72HHo> Acesso em:
09/2013.

Por fim, ao assumirmos a tensão da produção de um “território camponês” (considerando-o como um fragmento do território capitalista) como unidade da comunidade, o mapa materializa/simboliza a relação entre o cotidiano, sua crítica, a compreensão da realidade espacial, o processo de territorialização camponesa e indica a produção do espaço agrário matogrossense. E se torna um instrumento de luta.

Se por um lado, algumas situações geram desconforto ao pesquisador em desenvolver uma tese de militância, no sentido de parecer apropriar-se da realidade da luta e do sofrimento causado pela desigualdade e injustiça social, por outro este processo traz a clareza sobre a força da práxis na produção do conhecimento, não é uma relação unívoca com a academia, mas com a sociedade. Afinal, o conhecimento, e a cartografia, são produção social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A. de. O MST e a formação da consciência de classe trabalhadora: ideologia política ou realidade camponesa?. **Revista Formação. UNESP** – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, v. 2, n. 13, 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/631>>. Acesso em: abril de 2010.

ALMEIDA, R. A. de. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 2, n. 21 p. 73-88, 2003.

BATISTA, S. C. **Visualização Cartográfica**: do desenvolvimento do raciocínio espacial à compreensão dos fenômenos geográficos. 2006. Dissertação (Mestrado em



Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Anablume, 2004.

CHAUÍ, M. O discurso competente. In: 29.a Reunião anual da SBPC no simpósio "Ideologia e linguagem", em 1977. Publicado em 1978 na **Revista da Associação Psiquiátrica da Bahia**, vol. 2, n.º 1. Disponível em: http://www.4shared.com/office/a0_UnwKE/6_-_Marilena_Chau_-_Cultura_e_.htm.

Acesso em: Julho, 2013.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Buenos Aires: CLACSO. Año 1, no. 1, p.53-76 (jun. 2008).

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005. 13ªed. 3ª reimp.

CHAUÍ, M. (1980) **O que é Ideologia**. ANDRADE J. E. (rev.). Meio digital. 2004. Disponível em: <WWW.SABOTAGEM.CJB.NET> acesso em: setembro de 2009.

CONCEIÇÃO, A. L. **Limites e possibilidades do pensamento geográfico: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da geografia da miséria**. 30 anos do NPGeo. GEONORDESTE, Ano XXIV, n.2, p.37-55, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1508/1333>> Acesso em: abril de 2010

CONCEIÇÃO, A. L. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio**. MERIDIANO – Revista de Geografia, número 2, 2013, p. 81-104, versão digital. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/>>. Acesso em: outubro de 2011.

CONCEIÇÃO, A. L. **A Geografia do espaço da miséria**. SCIENTIA PLENA VOL. 1, NUM. 6, 2005, P. 166-170 Disponível em: < www.scientiaplena.org.br>. Acesso em: janeiro de 2011.

COSTA, E. V. da, A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3742>. Acesso em: junho de 2009.

DAMIANI, A. L. Introdução e elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia - USP**. Volume especial 30 anos, 2012, p.254-283.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*. **Revista franco-brasileira de Geografia**. Canada: University Toronto Press. v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989. Disponível em: <<http://quod.lib.umich.edu/p/passages/4761530.0003.008?rgn=main;view=fulltext>>. Último acesso em: 13/04/2013.

HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. *Confins*. **Revista franco-brasileira de Geografia** n.05, 27p. § 1-59, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Último acesso em: 13/04/2013.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução: ANDRADE, M. M. de A.; MARTINS, Sérgio. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **La presencia y La ausencia: Contribución a La teoría de las representaciones**. México: FCE, 2006.



LEFEBVRE, H **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do núcleo de geografia Urbana da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/ lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª Ed., 1983.

LEFEBVRE, H. **A linguagem e a sociedade**. Lisboa: Ulisseia, 1966.

MAIA, L. **As classes sociais em O Capital**. Minas Gerais: Virtual Books, 2011.

[MARTINS, S. À](#) **contracorrente. educação, memória e urbano no encontro do diálogo com a realidade**. Belo Horizonte: Trabalho & Educação, v.22, n.3, p.91-115, set./dez.2013.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, K. **Manuscritos economico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2ª reimpressão, 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, B. A. C. de. **Tempo de Travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa**. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.